

FLP0482 – Política educacional brasileira em perspectiva comparada

Profa. Responsável: Elizabeth Balbachevsky

Primeiro semestre, 2025

Objetivos do curso:

Este curso tem por objetivo discutir o movimento de reformas das políticas de educação numa perspectiva comparada, confrontando a experiência brasileira com a de outros países do sul global e de países centrais. O curso mobiliza o instrumental analítico da ciência política para entender as dinâmicas políticas que cercam e que são deflagradas por essas reformas, bem como analisar as condicionalidades que ajudam a entender a adoção e implementação dessas reformas.

Dessa forma, o curso pretende criar oportunidades para um entendimento da complexidade dos processos políticos que dão forma e sustentam as reformas nas políticas de educação, uma compreensão das principais tensões geradas pela implementação dessas políticas, bem como a compreensão dessas dinâmicas em diferentes países

Organização do curso:

A organização do curso supõe um compromisso razoavelmente intenso dos estudantes no aprofundamento conceitual e empírico das temáticas abordadas pelo curso. Os estudantes serão orientados para utilizar ferramentas de inteligência artificial para conduzir pesquisas de conteúdo, análise conceitual e busca de bibliografia para alimentar os debates em sala de aula e suas conclusões. As aulas expositivas apenas complementam e sintetizam os resultados alcançados pelos alunos em sala de aula.

As principais ferramentas de IA que serão utilizadas em sala de aula são o Chat GPT, Undermind, Gemini, notebookLM e assistente IA do Adobe. Outras ferramentas poderão ser mobilizadas para tarefas específicas.

Avaliação do aproveitamento:

A avaliação do aproveitamento consiste em duas notas, uma relativa aos resultados alcançados em sala de aula, a partir dos relatórios de grupo para cada unidade temática trabalhada no curso, e uma nota de desempenho individual em uma prova realizada no final do semestre.

Para bom andamento dos trabalhos, os alunos serão orientados para formar grupos de trabalho estáveis, de forma a avançar na discussão substantivas do curso. Após cada unidade de trabalho, os grupos serão solicitados a apresentar um resumo das discussões e conclusões do grupo sobre a temática abordada para avaliação.

Calendário das aulas e conteúdos abordados:

data	conteúdo
25/26 fevereiro	Apresentação do curso (conteúdo, sistemática de trabalho, modos de avaliação), organização da turma.
4/5 março	Carnaval (não há aulas)

11/12 março	Educação: valores intrínseco e posicional dos ganhos obtidos pela educação, seu papel na reprodução das elites, mobilidade social e equidade
18/19 março	Políticas de educação e políticas de bem-estar social: uma lenta trajetória de aproximação
25/26 março	Acesso à educação: radiografia dos principais conflitos em diferentes experiências internacionais
1/ 2 abril	Políticas de acesso à educação no Brasil: trajetória recente Da pedagogia da repetência às políticas de transferência condicional de renda
8/9 abril	A busca da qualidade: mapeando os principais focos de reformas recentes – a experiência internacional
15/16 abril	Semana Santa, não há aula
22/23 abril	Capacidades estatais, governança e reformas da educação – um panorama da experiência nacional e internacional
29/30 abril	Descentralização, devolução da autonomia para a escola, políticas de avaliação – alternativas de intervenção e resultados: a experiência brasileira e internacional
6/7 maio	A questão da qualificação do corpo docente: centralidade do problema e alternativas de políticas – a experiência brasileira e internacional
13/14 maio	Efeitos políticos de políticas de reforma da educação: quadro geral
20/21 maio	Efeitos políticos das políticas de reforma da educação – engajamento e resistência dos professores: um panorama internacional dessas dinâmicas
27/28 maio	Semana das Ciências Sociais – não há aula
3/4 junho	Efeitos políticos das políticas de reforma da educação: opinião pública e decisão eleitoral –
10/11 junho	Ciência política e políticas de educação: um novo campo de análise
17/18 junho	Prova final individual
24 junho (período noturno)	Prova substitutiva

Bibliografia do curso:

Observação importante:

Muitos desses textos são em inglês, mesmo quando os autores residam em países onde a língua inglesa não é a língua oficial do país. Para os alunos que tenham dificuldades com a compreensão do inglês, recomenda-se o uso da opção “tradução de documentos” disponível no google tradutor, ou recursos assemelhado no ChatGPT. Embora essas traduções não sejam excelentes, são bastante razoáveis, especialmente em se tratando de artigos acadêmicos.

Ampratwum, E., Awal, M., & Oduro, F. (2019). Decentralization and Teacher Accountability. *The Politics of Education in Developing Countries: From Schooling to Learning*, 44.

Aiyar, Y., Dongre, A. A., & Davis, V. (2015). Education reforms, bureaucracy and the puzzles of implementation: A case study from Bihar. *Bureaucracy and the Puzzles of Implementation: A Case Study from Bihar (September 1, 2015)*.

Aiyar, Y., Davis, V., Govindan, G., & Kapoor, T. (2023). Rewriting the Grammar of the Education System: Delhi's Education Reform (A Tale of Creative Resistance and Creative Disruption).. Rise, Research on improving systems of education

Basant, R., & Sen, G. (2020). Quota-based affirmative action in higher education: impact on other backward classes in India. *The Journal of Development Studies*, 56(2), 336-360.

Boas, T. C., Hidalgo, F. D., & Toral, G. (2021). Competence versus priorities: Negative electoral responses to education quality in Brazil. *The Journal of Politics*, 83(4), 1417-1431.

Bruns, B., & Luque, J. (2014). *Great teachers: How to raise student learning in Latin America and the Caribbean*. World Bank Publications.

Cummings, P. M., Mizala, A., & Schneider, B. R. (2023). Chile's Inclusion Law: the arduous drive to regulate an unequal education system, 2006–19. *Educational Review*, 1-26.

Habyarimana, J. P., Opalo, K. O., & Schipper, Y. (2020). The Cyclical Electoral Effects of Programmatic Policies: Evidence From Education Reforms in Tanzania. *Available at SSRN 3636942*.

Hardman, F., Ackers, J., Abrishamian, N., & O'Sullivan, M. (2011). Developing a systemic approach to teacher education in sub-Saharan Africa: Emerging lessons from Kenya, Tanzania and Uganda. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 41(5), 669-683.

Hecock, R. D. (2014). Democratization, education reform, and the Mexican Teachers' Union. *Latin American Research Review*, 49(1), 62-82.

Hoffman, J., Blessinger, P., & Makhanya, M. (Eds.). (2018). *Contexts for diversity and gender identities in higher education: international perspectives on equity and inclusion*. Emerald Group Publishing.

In, J., & Breen, R. (2023). Social Origin and Access to Top Occupations among the Highest Educated in the United Kingdom. *Sociology of Education*, 96(1), 43-61.

Jang, E. (2024). When education is positional: higher education expansion, welfare regimes and income inequality. *Journal of Social Policy*, 1-22.

Khethiwe, D. (2023). Education and social inequality in Africa: gender, poverty, and regional disparities. *Research and Advances in Education*, 2(8), 52-65.

Mizala, A., & Schneider, B. (2020). Promoting quality education in Chile: the politics of reforming teacher careers. *Journal of Education Policy*, 35(4), 529-555.

Mok, K. H. (2016). Massification of higher education, graduate employment and social mobility in the Greater China region. *British Journal of Sociology of Education*, 37(1), 51-71.

Rana, D. K. (2024). Quality Education for Underrepresented Groups: Bridging the Gap. *International Journal of English Literature and Social Science* 9(1) feb.2024

Ross Schneider, B. (2022). Teacher unions, political machines, and the thorny politics of education reform in Latin America. *Politics & Society*, 50(1), 84-116.

Shabaya, J., & Konadu-Agyemang, K. (2004). Unequal access, unequal participation: some spatial and socio-economic dimensions of the gender gap in education in Africa with special

reference to Ghana, Zimbabwe and Kenya. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 34(4), 395-424.

Schneider, B. R. (2024). *Routes to reform: Education politics in Latin America*. Oxford University Press.

Segatto, C. I., Euclides, F. M., & Abrucio, F. (2021). Capacidades estatais e seus efeitos nas políticas municipais de educação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 26(84).

Sprenen, C. A., & Vally, S. (2006). Education rights, education policies and inequality in South Africa. *International journal of educational development*, 26(4), 352-362.

Villalobos, C., Treviño, E., Wyman, I., & Scheele, J. (2017). Social justice debate and college access in Latin America: merit or need? The role of educational institutions and states in broadening access to higher education in the region. *Education Policy Analysis Archives*, 25, 73-73.

Wong, J. L. (2006). Has teachers' participation in decision making increased in China? Local responses to the implementation of education decentralization in Guangdong Province. *International Journal of Educational Reform*, 15(2), 234-254.

Yan, Y., Sano, H., & Sumiya, L. A. (2023). Policy capacity matters for education system reforms: A comparative study of two Brazilian states. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 25(2), 253-281.